



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL NORMATIVO Nº 1/2010 – SEAP/PGDF, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE ANALISTA E TÉCNICO JURÍDICO

106 – CONTABILIDADE

(Analista Jurídico)

DATA E HORÁRIO DA PROVA: 26/3/2011 – 14h (Sábado)

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
 - um **caderno de questões** das provas objetiva e discursiva, contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta, e 1 (um) tema para a prova discursiva;
 - um **cartão de respostas** óptico personalizado;
 - uma **folha de texto definitivo** da prova discursiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, o candidato deverá verificar se a numeração das questões, a paginação do **caderno de questões** das provas objetiva e discursiva, a codificação do **cartão de respostas** óptico e da **folha de texto definitivo** da prova discursiva estão corretas.
- Quando autorizado pelo **fiscal do IADES**, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado no cartão de respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Haverá rasgões no espaço.

- O candidato dispõe de 5 (cinco) horas para fazer a prova objetiva e a prova discursiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo.
- Esse tempo inclui a marcação do **cartão de respostas** óptico da prova objetiva e o preenchimento da **folha de texto definitivo** da prova discursiva.
- Ao candidato somente será permitido levar o **caderno de questões** da prova objetiva e discursiva após 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu **cartão de respostas** óptico e sua **folha de texto definitivo** da prova discursiva e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, o candidato deve entregar ao fiscal o **cartão de respostas** óptico devidamente **assinado** e a **folha de texto definitivo** da prova discursiva.
- O candidato deve deixar sobre a carteira apenas o **documento de identidade** e a **caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada com material transparente**.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. O candidato deverá desligar e entrega ao **fiscal do IADES** máquina fotográfica, telefone celular, relógio do tipo *data bank*, gravador, *bip*, receptor, *pager*, *notebook*, *walkman*, aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais, agenda eletrônica, *palmtop*, régua de cálculo, máquina de calcular e (ou) qualquer outro equipamento desse tipo.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- O candidato somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas se sua saída for acompanhada por **fiscal do IADES**.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES – PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas** óptico e na **folha de texto definitivo** da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no **cartão de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** óptico a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O **cartão de respostas** óptico e a **folha de texto definitivo** da prova discursiva **NÃO** podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** óptico é cobrindo, fortemente, com **caneta esferográfica preta ou azul**, o espaço a ela correspondente, conforme modelo a seguir:

Marque as respostas **assim**: 

- Somente serão lidas e corrigidas as **folhas de texto definitivo** das provas discursivas dos candidatos classificados em conformidade com o Edital Normativo e que tenham preenchido o espaço da(s) resposta(s) com texto(s) manuscritos usando **caneta esferográfica preta ou azul**.

Realização:

LÍNGUA PORTUGUESA (Questões 1 a 10)

Texto I para resolver as questões 1 a 3.

1 O Mario, além de um grande poeta, era um grande humorista. Ele frequentava bastante a nossa casa e era uma presença quieta e discreta. Minha mãe fazia muito meias de lã para ele.
4 Tantas que um dia ele observou: “Acho que a Mafalda pensa que eu sou uma centopeia”. Uma vez fui levá-lo na casa do Josué Guimarães, e ele teve alguma dificuldade em sair do banco de trás. Disse: “Como a gente tem perna, né?” Era um obcecado por jogo e, na vez em que foi atropelado, pediu urgentemente, ainda do chão, que anotassem o número da placa do carro. Era para
10 jogar na loteria. Nos encontramos no Rio, no Hotel Canadá, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana. E ele nos contou que o que mais gostava no Rio eram os túneis, “porque dentro dos túneis descansava da paisagem”.

VASSALO, Márcio. *Mario Quintana*. 1ª edição. São Paulo, 2005, p. 31. Texto de Luis Fernando Veríssimo, escritor (com adaptações).

QUESTÃO 1

Com base no texto e nas suas relações sintáticas e semânticas, assinale a alternativa correta.

- (A) O trecho “O Mario, além de um grande poeta, era um grande humorista” (linha 1), pode ser reescrito, sem alteração sintática e semântica, da seguinte forma: **Assim como Mário era um grande poeta, era um grande humorista.**
- (B) A conjunção “e”, empregada duas vezes no segundo período do texto, estabelece a seguinte organização de ideias: a primeira ocorrência liga dois complementos “bastante a nossa casa” (linha 2) e “era uma presença” (linha 2); a segunda, duas características: “quieta” e “discreta” (linha 3).
- (C) As vírgulas empregadas após o vocábulo “Canadá” (linha 10) e antes da conjunção “porque” (linha 12) separam termos que exercem a mesma função sintática.
- (D) A conjunção “porque”, na penúltima linha do texto, liga orações coordenadas entre si e estabelece ideia de causa.
- (E) A colocação proclítica do pronome “Nos” (linha 10) não atende aos preceitos da norma padrão, embora, na oralidade, esse uso seja recorrente.

QUESTÃO 2

O trecho “Era um obcecado por jogo e, na vez em que foi atropelado, pediu urgentemente,” pode ser reescrito, sem prejuízo sintático e sem alteração semântica, da seguinte forma:

- (A) Era um obcecado por jogo e, na vez onde foi atropelado, pediu urgentemente,
- (B) Era um obcecado por jogo e, na vez quando foi atropelado, pediu urgentemente,
- (C) Era um obcecado por jogo e, na vez à qual foi atropelado, pediu urgentemente,
- (D) Era um obcecado por jogo e, na vez a qual foi atropelado, pediu urgentemente,
- (E) Era um obcecado por jogo e, na vez que foi atropelado, pediu urgentemente,

QUESTÃO 3

Julgue os itens a seguir acerca do texto I.

- I - Os vocábulos “Ele” (linha 2), “presença quieta e discreta” (linhas 2 e 3) e “lo” (linha 5) pertencem à mesma cadeia coesiva cujo referente é o termo “Mario” (linha 1).
- II - No período “Tantas que um dia ele observou: ‘acho que a Mafalda pensa que eu sou uma centopeia.’” (linhas 4 e 5), as orações introduzidas pela conjunção “que”(linha 4) mantêm a mesma relação de sentido.
- III - O texto pertence ao gênero narrativo, visto que apresenta um episódio hilariante da vida do escritor Mario Quintana, contado por Luís Fernando Veríssimo.
- IV - A substituição da preposição “de” por **para** em “Teve alguma dificuldade em sair do banco de trás” (linhas 6 e 7) não implica prejuízo semântico, apenas sintático.
- V - Ao utilizar como recurso a fala de Mario Quintana, o objetivo de Luís Fernando Veríssimo foi ratificar a afirmação presente na linha 1 do texto.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

Texto II para resolver as questões 4 a 7.

Idioma ajuda a criar marcas de identidade

A língua é patrimônio de uma coletividade, seja ela a língua oficial de um Estado constituído, seja ela a língua materna de uma comunidade minoritária de imigrantes em um país estrangeiro, seja ela a língua nativa conservada por um grupo em uma região que fala majoritariamente uma língua imposta por um povo dominador, e assim por diante. De qualquer modo, a língua constitui marca identitária da comunidade que a usa, e, em princípio, os parâmetros que a identificam permitem identificar indivíduos como pertencentes à comunidade.

Entretanto nenhuma língua compõe um bloco de formas e construções cristalizadas usadas sempre do mesmo modo por todos os falantes, isto é, nenhuma língua é cristalizada sem variações, imutável. Aliás, imaginar uma língua que assim fosse é imaginar algo completamente inservível, e mais que isso, impossível.

Uma língua cumpre suas funções em uma comunidade exatamente porque: ela é moldável, para satisfação dos propósitos da fala; ela é variável, para oferta às escolhas dos falantes; ela é dinâmica, para servir às necessidades de expressão nas diferentes situações, nos diferentes lugares, nos diferentes momentos. Só assim ela revela as identidades individuais que se constroem no espaço simbólico que ela própria identifica e marca, no conjunto.

É justamente por uma movimentação contínua que fica garantido à língua manter-se sempre com equilíbrio interno, sempre amarrada em um sistema, sempre disponível para qualquer interação de seus usuários, por mais “rústicos”, “incultos”, “pouco escolarizados” que sejam, e sempre eficiente como língua da comunidade.

Significa isso que se esteja negando a existência de padrões? Não, pelo contrário. Nessa variabilidade e nesse dinamismo naturalmente se formam “padrões” de uso, que, por sua vez, identificam grupos, e, numa apuração mais fina, identificam os próprios indivíduos.

NEVES, Maria Helena de Moura. Idioma ajuda a criar marcas de identidade. *Revista Língua Portuguesa*, nº 59, ano 5, p. 45, setembro de 2010 (com adaptações).

QUESTÃO 4

No trecho “Nessa variabilidade e nesse dinamismo naturalmente se formam ‘padrões’ de uso, que, por sua vez, identificam grupos, e, numa apuração mais fina, identificam os próprios indivíduos.”, assinale a alternativa correta em relação aos aspectos gramaticais.

- (A) A inserção da vírgula após o termo “dinamismo” alteraria, sintática e semanticamente, a estrutura do período.
- (B) Haveria erro de colocação pronominal caso se transpusesse a partícula “se” para depois do verbo “formam”.
- (C) O uso da forma verbal “se formam” no plural, atende às exigências de concordância com o termo “padrões” e seriam mantidas a coerência entre os argumentos e a correção gramatical do texto se fosse usado o termo no singular.
- (D) As formas verbais presentes no trecho acima apresentam dois referentes: “padrões de uso” e “grupos”.
- (E) Ao se retirar a vírgula após o substantivo “uso”, não haverá alteração semântica na frase.

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa correta.

- (A) Serão preservadas as relações argumentativas do texto, bem como sua correção gramatical, caso se inicie o segundo parágrafo por **Não obstante**, em lugar de “Entretanto” (linha 12).
- (B) Mantém-se o paralelismo sintático ao substituir o vocábulo “seja”, em sua segunda ocorrência no texto, pela conjunção **ou**.
- (C) No trecho “os parâmetros que a identificam” (linha 10), o pronome relativo “que” remete a “parâmetros” e, por isso, admite a substituição pelo pronome **os quais**; entretanto, nesse contexto, essa substituição provocaria ambiguidade.
- (D) No período “Uma língua cumpre suas funções em uma comunidade exatamente **porque**: ela é moldável,” (linhas 18 e 19), pode-se substituir o termo destacado, fazendo-se as devidas adaptações, por **conquanto** ou **uma vez que**, pois pertencem ao mesmo campo semântico.
- (E) A expressão “em princípio” (linha 10) equivale a **a princípio**, pois ambas apresentam o mesmo significado: inicialmente, primeiramente.

QUESTÃO 6

Assinale a opção correta.

- (A) Os termos: “constituído” (linha 4), “identitária” (linha 9) e “indivíduos” (linha 11) recebem acento gráfico pela mesma razão: são paroxítonas terminadas em ditongo.
- (B) No último período do primeiro parágrafo, o “a”, em todas as suas ocorrências, apresenta uma única função sintática: objeto direto.
- (C) O processo de formação do vocábulo “imutável” (linha 15) é por derivação prefixal.
- (D) Os termos “rústicos”, “incultos” e “pouco escolarizados” (linhas 29 e 30) não pertencem ao mesmo campo semântico.
- (E) De acordo com o contexto, o vocábulo “inservível” (linha 16) significa sem utilidade, imprestável e tem como referente o termo “algo” (linha 16), que pertence à mesma cadeia coesiva de “língua” (linha 15).

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa correta quanto à possibilidade de reescrita do trecho “Entretanto nenhuma língua compõe um bloco de formas e construções cristalizadas usadas sempre do mesmo modo por todos os falantes, isto é, nenhuma língua é cristalizada sem variações, imutável.” sem prejuízo gramatical.

- (A) Entretanto, nenhuma língua compõe um bloco de formas e construções cristalizadas usadas sempre do mesmo modo por todos os falantes, isto é, nenhuma língua é cristalizada sem variações, imutável.
- (B) Entretanto, nenhuma língua compõe um bloco de formas e construções cristalizadas, usadas sempre do mesmo modo por todos os falantes, isto é, nenhuma língua é cristalizada, sem variações, imutável.
- (C) Entretanto nenhuma língua compõe um bloco de formas e construções cristalizadas usadas, sempre do mesmo modo, por todos os falantes, isto é, nenhuma língua é cristalizada sem variações e imutável.
- (D) Entretanto, nenhuma língua compõe um bloco de formas e construções cristalizadas, usadas sempre do mesmo modo, por todos os falantes, isto é, nenhuma língua é cristalizada sem variações, imutável.
- (E) Entretanto nenhuma língua compõe um bloco de formas e construções cristalizadas, usadas sempre do mesmo modo, por todos os falantes, isto é, nenhuma língua é cristalizada, sem variações e imutável.

Texto III para resolver as questões 8 a 10.

A Justiça que o povo quer

1
4
pão: deseja encontrar na Justiça o último bastão de suas esperanças.

7
10
13
O povo quer uma Justiça mais ágil. É possível abreviar o andamento da Justiça, sem prejuízo de princípios fundamentais como o contraditório, a produção cuidadosa de provas e a possibilidade de recursos contra decisões e sentenças. A abreviação da Justiça exige mudança nas leis, modernização do Judiciário e alteração de hábitos seculares. Impõe-se que a Justiça para os pobres seja mais eficiente. Justiça é direito. Um dos instrumentos para alcançar esse objetivo consiste na instituição e manutenção de uma Defensoria Pública valorizada, ágil e competente.

16
19
Se para os pobres a Justiça deve ser inteiramente gratuita, também para os que pagam custas, a Justiça deve ser mais barata. A Justiça é cara, as despesas cartorárias, em alguns casos, são muito altas. Com frequência, cidadãos de classe média retardam a regularização de situações jurídicas para fugir do peso de custas insuportáveis.

22
25
É preciso que se compreenda que a Justiça é uma obra coletiva. Tanto é importante o juiz, o desembargador, o ministro, o promotor, o procurador, o advogado, quanto o oficial de Justiça, o escrevente, o porteiro dos auditórios, o mais modesto servidor. Se qualquer peça da engrenagem falha, o conjunto não funciona.

28
31
34
37
O povo deve sentir-se agente da Justiça, participante, ator. A Justiça pertence ao povo, existe para o povo, esse sentimento de Justiça como direito do povo é uma exigência de cidadania. A Justiça deve ser menos formal, mais direta e compreensível. A Justiça não pode desencorajar a busca de direitos por parte dos fracos. A Justiça deve ser sensível, capaz de ouvir as dores dos jurisdicionados. A palavra tem o dom de libertar. Os servidores da Justiça devem sempre estar disponíveis para ouvir o clamor dos que apelam pelo socorro do Direito.

38
A Justiça tem de ser impoluta.
HERKENHOFF, João Baptista. Disponível em < <http://jusvi.com/artigos/34056>>, (com adaptações). Acesso em 21/2/2010

QUESTÃO 8

Com relação ao texto acima, marque a alternativa **incorreta**.

- (A) Depreende-se do texto que a necessidade do povo de Justiça é tão grande que se assemelha à necessidade de comida.
- (B) A partir do desenvolvimento das ideias do texto conclui-se que a modernização do Judiciário poderia facilitar a vida daqueles que mais precisam.
- (C) A Justiça é coletiva, se todos trabalhassem de forma adequada, a sociedade como um todo seria beneficiada.
- (D) De acordo com as relações argumentativas do texto, o servidor da Justiça precisa trabalhar para o bem social, independente da função que ele exerça.
- (E) A organização das ideias do texto demonstra que a Justiça seja imposta aos pobres.

QUESTÃO 9

A partir das ideias do texto, marque a alternativa correta.

- (A) A palavra "Justiça" aparece no texto inúmeras vezes, esse recurso pode ter sido utilizado para enfatizar a necessidade de uma reestruturação no sistema judiciário.
- (B) Depreende-se do texto que a Justiça deve ser exercida pelos mais privilegiados e atender os mais ricos.
- (C) A palavra "bastão" (linha 4) foi usada no sentido denotativo.
- (D) A Justiça deve ser acessível e gratuita a todos que precisam dela.
- (E) O texto é uma síntese de como funciona a tramitação dos processos na Justiça.

QUESTÃO 10

Relacionado às estruturas gramaticais, marque a alternativa correta.

- (A) A expressão "de Justiça" (linha 3) e "fome" (linhas 3) exercem a mesma função sintática - complemento verbal.
- (B) O vocábulo "se" (linhas 16 e 28) apresenta o mesmo sentido.
- (C) As palavras "ágil" (linha 6) e "prejuízo" (linha 7) seguem a mesma regra de acentuação gráfica.
- (D) O vocábulo "mais" (linha 6) é um advérbio de intensidade e faz referência à "Justiça".
- (E) O termo "impoluta" (linha 38), indica que, na opinião do autor, a Justiça tem de ser honesta, íntegra e virtuosa.

ATUALIDADES (Questões 11 a 14)

QUESTÃO 11

Longe do ideal

A aceleração recente na aplicação de recursos não muda o fato de que os investimentos ficaram abaixo do nível necessário por anos a fio.

GODOY, Paulo. Longe do Ideal. *Revista Carta Capital*, nº 627, ano 16, p. 84, 22 de dezembro de 2010.

Assinale a alternativa correta a respeito da situação de infraestrutura existente hoje no país.

- (A) O sistema portuário brasileiro, segundo recente estudo realizado pelo Banco Mundial, está entre os 10 melhores do mundo.
- (B) A malha ferroviária hoje existente cobre toda a extensão do território nacional e tem maior densidade nos Estados do Amazonas e Pará.
- (C) Com a inauguração da usina de Monte Belo prevista para o final deste ano, o Brasil garante autonomia no fornecimento de energia elétrica para os próximos 5 anos.
- (D) Com baixo índice de poupança, o Brasil precisa expandir as fontes de financiamento de longo prazo, visando ao suporte dos investimentos previstos para infraestrutura.
- (E) O sistema de licenciamento ambiental hoje instalado permite a emissão de licenças ambientais em curto prazo de tempo, desde que atendidas todas as exigências documentais por parte das empresas responsáveis pelos empreendimentos.

QUESTÃO 12

A vaga é do partido ou da coligação?

O imbróglio está no ar: a vaga de um candidato eleito pertence ao partido. Portanto, se ele renunciar ao mandato ou for cassado, por abandono da legenda a que pertence, sua vaga deverá ser preenchida pelo primeiro suplente de seu partido. Se este primeiro suplente for apenas o quinto suplente de uma coligação integrada por, digamos, cinco siglas, continuará ele a ter direito à vaga. Esse entendimento do STF, tomado em dezembro em resposta a um mandado de segurança impetrado pelo PMDB, está causando alvoroço na frente política em decorrência da alteração nas planilhas partidárias, neste momento em que mais de 40 parlamentares foram convocados para compor o secretariado dos Estados. Apesar de abrigar, à primeira vista, sólida fundamentação, eis que candidato não tem vida política fora de uma sigla e nenhuma candidatura se torna viável sem desfraldar a bandeira partidária, a decisão do Supremo ganha questionamentos bastante consistentes em sentido contrário. Ou seja, os fundamentos em favor da tese de que a vaga deve ser ocupada pelo primeiro suplente da coligação, e não do partido, são vigorosos e merecem consideração.

TORQUATO, Gaudêncio. O Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadao/20110116/not_imp666852,0.php.

Assinale a alternativa correta em relação ao tema.

- (A) No sistema eleitoral brasileiro, as vagas são determinadas a partir do quociente eleitoral, que resulta do número de votos válidos pelo número de vagas a preencher.
- (B) A coligação partidária só é permitida entre dois partidos de mesma linha ideológica e necessita ser validada pelo Tribunal Regional Eleitoral.
- (C) O sistema eleitoral brasileiro é caracterizado pelo voto distrital, em que o mais votado na sua coligação partidária está eleito.
- (D) No sistema eleitoral brasileiro, o quociente eleitoral é considerado no caso de eleição para representantes em todas as casas legislativas – no âmbito municipal, estadual e federal.
- (E) Para a definição das vagas a serem preenchidas na casa legislativa, primeiro calcula-se o quociente partidário e, em seguida, o quociente eleitoral.

QUESTÃO 13

O Teatro Nacional é um dos pontos centrais de interesse turístico e cultural de Brasília. Assinale a alternativa correta em relação ao tema.

- (A) O Teatro Nacional tem a forma de uma pirâmide com uma esfinge no ápice, característica da cultura egípcia.
- (B) Os cubos brancos nas paredes norte e sul possuem insígnias e desenhos em relevo que contam a história da ocupação do cerrado brasileiro.
- (C) A sala principal de espetáculos chama-se Martins Pena, em homenagem ao presidente da Novacap na época da inauguração de Brasília, Emílio Martins Pena, responsável pelas obras de construção do conjunto arquitetônico da Esplanada dos Ministérios.
- (D) Hoje é chamado de Teatro Nacional Cláudio Santoro, em homenagem ao já falecido maestro e compositor, grande incentivador da educação e da cultura em Brasília.
- (E) Localizado na Esplanada dos Ministérios, próximo ao Palácio do Itamaraty, o Teatro Nacional tem vista privilegiada para a Praça dos Três Poderes.

QUESTÃO 14

Evento que ia ter entre as atrações o show de Shakira foi cancelado após forte chuva

O Pop Music Festival, que ia contar entre suas atrações com o show da cantora colombiana Shakira, teve de ser cancelado por causa da forte chuva cai sob o Distrito Federal na noite desta quinta-feira (17).

<http://www.clicbrasil.com.br/site/noticia.php?id=332179>. Acesso em 20/3/2011.

Assinale a alternativa correta quanto ao clima no Distrito Federal.

- (A) É caracterizado por verão úmido e inverno seco.
- (B) Temperatura média anual inferior a 15°, com frio úmido nos meses de maio a julho.
- (C) Fortes ventos provocados por massas de ar quente trazem redemoinhos de poeira nos meses de janeiro e fevereiro.
- (D) Tradicionalmente, a época de seca ocorre entre os meses de maio a setembro e a baixa umidade incentiva as atividades físicas ao ar livre.
- (E) Clima tropical serrano, com temperaturas amenas durante todo o ano e umidade relativa do ar elevada.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO (Questões 15 a 20)

QUESTÃO 15

O conceito de Legalidade Comum está consubstanciado na lei. No Direito Administrativo, o conceito de legalidade ultrapassa os limites da lei, exigindo outros conceitos para caracterizá-lo. Assinale a alternativa que contém os conceitos que mais caracterizam a legalidade administrativa.

- (A) Lei, impessoalidade e finalidade.
- (B) Lei, autotutela e motivação.
- (C) Lei, interesse público e moralidade.
- (D) Lei, motivação e razoabilidade.
- (E) Lei, igualdade e hierarquia.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa que **não** representa situação em que a licitação é dispensável.

- (A) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preço ou normalizar o abastecimento.
- (C) Quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- (D) Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- (E) Quando houver inviabilidade de competição, em especial, para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

QUESTÃO 17

Conforme o previsto na Lei de Geral de Licitações, são modalidades de licitação:

- (A) Concorrência, Melhor Técnica, Menor Preço e Tomada de Preço.
- (B) Tomada de Preço, Maior Lance ou Oferta, Melhor Técnica e Convite.
- (C) Concurso, Leilão, Convite e Tomada de Preço.
- (D) Leilão, Melhor Técnica, Menor Preço e Concorrência.
- (E) Tomada de Preço, Convite, Leilão e Melhor Técnica.

QUESTÃO 18

Julgue os itens a seguir acerca da possibilidade de controlar judicialmente os atos administrativos.

- I - A competência, a forma prescrita e a finalidade dos atos administrativos, sejam eles vinculados ou discricionários, são elementos que sempre podem ser analisados judicialmente.
- II - O motivo, pressupostos fáticos ou jurídicos que determinam ou autorizam a realização de um ato, dos atos administrativos vinculados é insindivisível pelo Poder Judiciário.
- III - Segundo a teoria dos motivos determinantes, há outra forma de controle judicial: a Administração Pública, no exercício de sua discricionariedade, se apresentar motivação expressa e clara deve responder por esta.
- IV - As teorias do desvio do poder, do desvio da finalidade e do excesso de poder estabelecem outras formas de controle judicial sobre os atos administrativos.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

QUESTÃO 19

Julgue os itens a seguir acerca do Princípio da Legalidade, um dos eixos estruturantes do Estado e da Administração Pública moderna.

- I - Ninguém será obrigado a fazer algo ou a deixar de fazer algo senão em virtude de lei.
- II - Há matérias para as quais a Constituição estabeleceu a reserva legal e que não podem ser reguladas por atos normativos executivos.
- III - A Constituição previu, em matérias especiais, fontes normativas primárias diversas da lei em sentido estrito.
- IV - Os atos administrativos eivados de ilegalidade produzem efeitos que sempre podem ser invalidados.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

QUESTÃO 20

A Constituição Federal garante o direito de propriedade, mas exige que a mesma atenda à sua função social. Sob esses pressupostos, assinale a alternativa que **não** corresponde ao regime constitucional da propriedade e da desapropriação.

- (A) A desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, depende de prévia e justa indenização em dinheiro.
- (B) As glebas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas podem ser expropriadas com pagamento indenizatório a ser efetivado por títulos da dívida agrária resgatáveis em até 30 anos.
- (C) A propriedade urbana não edificada, subutilizada ou não utilizada pode vir a ser submetida à desapropriação com pagamento indenizatório a ser efetivado por títulos da dívida pública resgatáveis em até 10 anos.
- (D) O imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social pode ser submetido à desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, com pagamento indenizatório a ser efetivado por títulos da dívida agrária resgatáveis em até 20 anos.
- (E) Os imóveis públicos não podem ser adquiridos por usucapião.

LEGISLAÇÃO APLICADA AOS SERVIDORES DA PGDF (Questões 21 a 25)

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa que **não** indica objetivo prioritário do Distrito Federal, de acordo com a Lei Orgânica.

- (A) garantir e promover os direitos humanos assegurados na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- (B) proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem comum.
- (C) a preservação de sua autonomia como unidade federativa.
- (D) garantir a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- (E) valorizar e desenvolver a cultura local, de modo a contribuir para a cultura brasileira.

QUESTÃO 22

De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, compete privativamente ao Distrito Federal

- (A) dispor sobre serviços funerários e administração de cemitérios.
- (B) legislar sobre Previdência Social, proteção e defesa da saúde.
- (C) zelar pela guarda da Constituição Federal, da referida Lei Orgânica, das leis e das instituições democráticas.
- (D) legislar sobre desapropriação.
- (E) estabelecer e implantar políticas de educação para a segurança do trânsito.

QUESTÃO 23

As Administrações Regionais integram a estrutura administrativa do Distrito Federal. A criação ou extinção dessas Regiões ocorrerá mediante

- (A) resolução da Câmara Legislativa.
- (B) decreto do governador do Distrito Federal.
- (C) lei aprovada por maioria simples dos deputados distritais.
- (D) resolução do Conselho de Representantes Comunitários de cada região.
- (E) lei aprovada por maioria absoluta dos deputados distritais.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa que contém competência do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

- (A) Receber representações e denúncias contra integrantes da carreira de Procurador do Distrito Federal.
- (B) Autorizar e determinar a instauração de processos administrativos disciplinares contra Procuradores do Distrito Federal.
- (C) Estabelecer critérios e prioridades de aplicação de recursos.
- (D) Subsidiar tecnicamente as decisões do Procurador-Geral.
- (E) Prestar assistência direta ao Procurador-Geral em estudos e pesquisas técnico-jurídicas, sempre que necessário, e subsidiar decisões e pareceres jurídicos de competência da Procuradoria-Geral.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL (Questões 26 a 30)

QUESTÃO 25

A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios:

- (A) legalidade, impessoabilidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, excelência, soberania, publicidade e eficiência.
- (C) erradicar a pobreza, garantir o desenvolvimento nacional, legalidade, moralidade e igualdade entre os Estados.
- (D) solução pacífica dos conflitos, soberania, publicidade, eficiência e legalidade.
- (E) asilo político, independência nacional, livre iniciativa, dignidade da pessoa humana e moralidade.

QUESTÃO 26

A Constituição Federal estrutura as competências que dizem respeito ao exercício das funções legislativa, executiva e judiciária. As Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios devem obedecer aos princípios nela contidos, tanto expressa quanto implicitamente. A respeito dessa organização de funções, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição Federal define a regra de composição de todos os Tribunais do Judiciário, prevendo que 20% dos seus assentos serão compostos por Membros do Ministério Público e de Advogados, com os requisitos que estabelece, dentre eles, o exercício de mais de 10 anos de atividade própria da classe a que concorre à vaga. É o conhecido “quinto constitucional”.
- (B) Não mais está dentre as competências da Justiça Militar Estadual julgar os crimes dolosos contra a vida em face de civil, ainda que praticados por militares, permanecendo, no entanto, no âmbito da competência da Justiça Militar, se a vítima for outro militar estadual.
- (C) Na estruturação do processo legislativo, há de se obedecer à hierarquia estabelecida entre suas espécies, na Constituição Federal a saber: emendas constitucionais; leis complementares; leis ordinárias, medidas provisórias e leis delegadas; decretos legislativos e resoluções.
- (D) Em face da regulamentação das medidas provisórias posta na Emenda Constitucional nº 32, de 2001, não mais existe a possibilidade de rejeição tácita das mesmas pelo Congresso Nacional, havendo, isto sim, o sobrestamento da pauta congressual até sua deliberação.
- (E) No âmbito dos Territórios Federais, ao serem criados, não haverá a eleição de um Governador, senão a nomeação discricionária de um Administrador pelo Presidente da República, da mesma maneira que a escolha que aquela autoridade faz para Direção das autarquias em geral.

QUESTÃO 27

O sistema constitucional tem de prever mecanismos para que o Estado possa agir, ainda que excepcionalmente, em estados de crise. Há de se submeter o Estado, mesmo nessas situações, a condições impostas pela Constituição. Em relação aos instrumentos previstos na Constituição Federal brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) É requisito indispensável para a decretação dos regimes de estado de defesa e de sítio a prévia solicitação de autorização feita pelo Presidente da República dirigida ao Congresso Nacional, que somente será concedida se aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- (B) Os regimes de estado de defesa e de sítio são estatuídos por Decreto do Presidente da República, do que, vinculadamente, deve observar a manifestação dos Conselhos da República e de Defesa Nacional.
- (C) Observados os procedimentos constitucionais, é possível a decretação do estado de sítio com a suspensão de qualquer garantia constitucional.
- (D) A duração da decretação do estado de sítio deve ser, no máximo, de 30 (trinta) dias, prorrogáveis, após a aprovação do Congresso Nacional, por até igual período.
- (E) Os eventuais abusos cometidos durante a execução do estado de defesa e de sítio deverão ser julgados pelo Judiciário, com a responsabilização dos agentes e do próprio Estado, se for o caso; todavia, esse controle judicial somente poderá ocorrer após a cessação dos regimes de exceção.

QUESTÃO 28

Acerca das disposições contidas na ordem social da Constituição Federal vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) Compõem a seguridade social os direitos relativos à previdência, saúde, trabalho e assistência social.
- (B) Os portadores de deficiência devem ter, preferencialmente, atendimento educacional em rede própria especializada de ensino.
- (C) O desporto vem expressamente inserido na Constituição Federal como uma garantia, tendo como escopo definido as atividades esportivas.
- (D) O meio ambiente ganhou muito relevo com o advento da Constituição Federal vigente, chegando-se a prever a responsabilização administrativa, cível e, mesmo penal, tanto para as pessoas físicas quanto as jurídicas.
- (E) Em relação às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, a Constituição garante a eles propriedade, sendo, portanto, inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas são imprescritíveis.

QUESTÃO 29

Julgue os itens a seguir acerca da eficácia jurídica da Medida Provisória.

- I - Se rejeitada pelo Congresso Nacional ou não convertida em lei no prazo constitucional, a Medida Provisória perderá sua eficácia sobre os atos praticados após a rejeição ou o escoamento do prazo sem decisão congressual.
- II - Se rejeitada integralmente pelo Congresso Nacional, a Medida Provisória perderá sua eficácia sobre os atos praticados durante a sua vigência, mantendo-se seus efeitos somente se for editado decreto legislativo, em até 60 dias do término da vigência, que discipline de forma diversa.
- III - Se a Medida Provisória não for convertida em lei no prazo constitucional, perderá sua eficácia sobre os atos praticados durante a sua vigência, mesmo que não seja editado decreto legislativo.
- IV - As disposições originais de uma Medida Provisória em convenção, mesmo que modificadas pelo Congresso Nacional, continuam a projetar efeitos após a alteração congressual até a sanção ou o veto presidencial.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

QUESTÃO 30

A ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça social. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a

- (A) saúde, a segurança pública e a família.
- (B) segurança pública, a criança e adolescente e ao idoso.
- (C) previdência social, a saúde e a defesa da paz.
- (D) segurança pública, a assistência social e ao índio.
- (E) saúde, a previdência e a assistência social.

QUESTÃO 31

A Contabilidade Pública tem suas normas estabelecidas pela Lei nº 4.320/64. Sua função é registrar os atos e os fatos da gestão orçamentária, patrimonial e financeira das entidades públicas. Assinale a alternativa que está corretamente relacionada aos atos e aos fatos do Sistema Orçamentário.

- (A) Fixação da Receita.
- (B) Previsão da Despesa.
- (C) Liquidação e Pagamento da Despesa.
- (D) Arrecadação da Despesa.
- (E) Empenho da Receita.

QUESTÃO 32

Observe o seguinte Balanço Orçamentário de um ente público.

Balanço Orçamentário (em \$)					
Receitas			Despesas		
Tipo	Prevista	Executada	Tipo	Fixada	Executada
Receita Corrente			Despesa Corrente	300.000	290.000
Tributárias	170.000	160.000			
Contribuições Patrimoniais	60.000	65.000			
Serviços	50.000	30.000			
Serviços	20.000	35.000			
Receita de Capital			Despesa de Capital	120.000	130.000
Operações de Crédito	80.000	80.000			
Alienação de Bens	30.000	25.000			
Amortização de Empréstimos	10.000	15.000			

Assinale a alternativa correta, em relação ao Balanço Orçamentário apresentado.

- (A) O ente público apresentou déficit orçamentário de \$10.000.
- (B) O ente público apresentou superávit de arrecadação.
- (C) O ente público gastou mais que o previsto.
- (D) Considerando-se apenas as receitas e as despesas correntes, podemos afirmar que o ente público apresentou uma situação deficitária.
- (E) O ente público apresentou, simultaneamente, déficit de arrecadação e superávit orçamentário.

QUESTÃO 33

Com relação ao sistema de contas aplicado a Contabilidade Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Os registros dos lançamentos são efetuados em quatro sistemas distintos: sistema orçamentário, sistema financeiro, sistema patrimonial e sistema contábil.
- (B) No sistema financeiro são registrados apenas a arrecadação da receita e o pagamento da despesa orçamentária.
- (C) A inscrição e a baixa da dívida ativa serão registradas no sistema financeiro.
- (D) Previsão e arrecadação de receita, fixação e liquidação de despesas são exemplos de lançamentos contábeis executados no sistema orçamentário.
- (E) No plano de contas, as contas pertencentes ao sistema orçamentário estão localizadas dentro dos grupos ativo circulante e passivo circulante.

QUESTÃO 34

Um ente público, ao adquirir bens móveis à vista, efetuou os seguintes registros contábeis:

SISTEMA FINANCEIRO
D – Despesa de capital
C – Bancos conta movimento
SISTEMA PATRIMONIAL
D – Bens móveis
C – Variações patrimoniais ativas

Com base nos registros efetuados, assinale a alternativa correta.

- (A) O exemplo apresentado refere-se à um lançamento oriundo de fatos independentes da execução orçamentária.
- (B) Pode-se afirmar que, por se tratar de uma despesa orçamentária por mutação, o ente público sofreu uma diminuição do saldo patrimonial.
- (C) Pode-se afirmar que houve uma diminuição do ativo permanente da entidade.
- (D) Por se tratar de uma despesa de capital, houve aumento do passivo financeiro da entidade.
- (E) A compra de bens móveis por um ente público irá gerar lançamentos nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial.

QUESTÃO 35

Sobre os restos a pagar, as despesas de exercícios anteriores e a sua contabilização, assinale a alternativa correta.

- (A) As contas que registram os restos a pagar de exercícios anteriores são contas do sistema orçamentário e patrimonial.
- (B) Os restos a pagar têm vigência restrita ao ano de sua inscrição. São anulados, caso não sejam pagos até o final do ano de sua inscrição.
- (C) As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las e que não se tenham processado na época própria, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos e obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.
- (D) Os restos a pagar inscritos compõem a dívida fundada do ente público, por representar dívida com prazo superior a 360 dias.
- (E) Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas, com registro dos restos a pagar realizado por exercício, em uma dotação global contabilizado em conta própria.

QUESTÃO 36

Assinale a alternativa com o termo cuja definição é: consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, e tem a finalidade de apurar a origem e o objeto do que se tem que pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve, para extinguir a obrigação.

- (A) Liquidação.
- (B) Pagamento.
- (C) Auditoria Pública.
- (D) Auditoria Pública e Pagamento.
- (E) Extinção.

QUESTÃO 37

Julgue as alternativas a seguir, em relação a transparência e a prestação de contas.

- I- O dever de prestar contas é de natureza funcional e administrativa, alcançando somente os servidores públicos ou os a eles equiparados.
- II- Os entes públicos disponibilizarão, a qualquer pessoa física ou jurídica, o acesso às informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente aos recursos extraordinários.
- III- Além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em lei ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.
- IV- Pode a União realizar intervenção nos Estados e no Distrito Federal, para assegurar a observância do princípio constitucional da prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

QUESTÃO 38

Sobre a contabilidade e os demonstrativos da Administração Pública, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A contabilidade evidenciará, perante a Fazenda Pública, a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.
- (B) A escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas.
- (C) A contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada, à conta dos mesmos créditos, e às dotações disponíveis.
- (D) A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.
- (E) O relatório de Gestão Fiscal, que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal, abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre.

QUESTÃO 39

Identifique, entre as alternativas abaixo, qual **não pode ser** considerada objetivo fundamental de um sistema de classificação orçamentária.

- (A) Facilitar a formulação dos programas que o governo elabora para cumprir suas funções.
- (B) Reduzir as necessidades de financiamento do setor público.
- (C) Contribuir para uma efetiva execução do orçamento.
- (D) Facilitar o acompanhamento, controle e mensuração das realizações.
- (E) Possibilitar a análise dos e feitos econômicos e sociais das atividades governamentais.

QUESTÃO 40

Sobre a escrituração das contas públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) A disponibilidade de caixa constará de registro próprio de forma consolidada e por regime de competência.
- (B) As demonstrações contábeis da empresa estatal dependente são apresentadas em conjunto com a da unidade orçamentária que a controla.
- (C) As receitas e as despesas previdenciárias serão apresentadas individualizadas em demonstrativos consolidados junto com as demais despesas do Orçamento Geral.
- (D) As operações de crédito, as inscrições em restos a pagar e as demais formas de financiamento, ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de forma agregada, por não se considerar elemento da dívida pública.
- (E) A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

QUESTÃO 41

Sobre a alteração do orçamento e os créditos adicionais, assinale a alternativa correta.

- (A) O crédito suplementar, aberto por decreto, dispensa a autorização legislativa.
- (B) O Supremo Tribunal Federal decidiu que os requisitos fundamentais e suficientes para a abertura do crédito extraordinário são a urgência e a relevância da despesa.
- (C) A regra para abertura de créditos adicionais é a indicação de recursos para compensar as despesas criadas ou suplementadas.
- (D) Somente o crédito suplementar nunca pode ser reaberto no exercício seguinte de sua vigência.
- (E) O poder legislativo e o judiciário podem encaminhar projetos de lei de créditos para atender as despesas constitucionalmente obrigatórias.

QUESTÃO 42

Assinale a alternativa correta sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

- (A) O Supremo Tribunal Federal tem suspenso a eficácia de vários artigos das Leis de Diretrizes Orçamentárias, por essas estarem invadindo a competência de Lei Complementar.
- (B) A reserva de contingência tem como uma das suas aplicações, previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a liquidação e pagamento das despesas inscritas em restos a pagar.
- (C) Integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais, as metas relativas a receitas, despesas, resultados nominal, real e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os três seguintes.
- (D) A mensagem que encaminhar o projeto da União apresentará os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os a relação das despesas que serão excluídas do cálculo do resultado primário e nominal, cuja metodologia deve ser fixada em lei.
- (E) A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

QUESTÃO 43

Julgue os itens abaixo, em relação à composição da Lei Orçamentária e do Projeto de Lei Orçamentário.

- I- Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, bem como as receitas que as atenderão, constarão da Lei Orçamentária Anual, devendo o refinanciamento da dívida pública constar separadamente na Lei Orçamentária e nas de crédito adicional.
- II- O Projeto de Lei Orçamentária, encaminhado pelo Poder Executivo, deve conter reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante são definidos com base na receita corrente líquida, estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- III- O Projeto de Lei Orçamentário será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- IV- A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita nos termos da lei.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

QUESTÃO 44

A Constituição Federal, quanto trata das leis orçamentárias, no seu art. 167, estabelece várias vedações a procedimentos na elaboração e execução dos orçamentos. Neste sentido, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) É vedada a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- (B) É vedada a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- (C) É vedada a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
- (D) É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- (E) É vedada a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de fundações.

QUESTÃO 45

A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá um anexo, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem. Este é o Anexo de

- (A) Auditorias de Passivos Contingentes.
- (B) Riscos Fiscais.
- (C) Processos das Contas Públicas.
- (D) Reciclagem Fiscal e Orçamentária.
- (E) Capacitação Contingencial e Fiscal.

QUESTÃO 46

Sobre as demonstrações contábeis previstas no capítulo IV, do Título IX da Lei nº 4.320/64, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) No Balanço Orçamentário, a receita é classificada por categoria econômica e a despesa por tipo de crédito.
- (B) No Balanço Financeiro, o Resultado Financeiro do Exercício (RFE) corresponde a diferença entre o saldo disponível para o exercício seguinte e o saldo disponível do exercício anterior.
- (C) No Balanço Patrimonial, o Resultado Patrimonial do Exercício (RPE) é obtido pela diferença entre o ativo real e o passivo real.
- (D) No Balanço Patrimonial, o passivo real a descoberto evidencia uma situação em que a soma do passivo financeiro com o passivo não financeiro é superior ao ativo real.
- (E) Na elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais, um resultado patrimonial negativo (déficit patrimonial) deverá ser adicionado às variações ativas.

QUESTÃO 47

Com base na Lei nº 4.320/64 (Normas Gerais de Direito Financeiro), assinale a alternativa correta quanto aos balanços.

- (A) A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, bem como indicará o resultado patrimonial do exercício.
- (B) O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas extra-orçamentárias realizadas.
- (C) O Balanço Financeiro demonstrará as receitas e as despesas financeiras, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária.
- (D) A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução financeira, bem como indicará o resultado patrimonial de exercícios futuros.
- (E) O Balanço Patrimonial demonstrará o passivo realizável a longo prazo.

QUESTÃO 48

Segundo a resolução do CFC Nº 1.282/10, "Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais". Com relação a adoção da atualização monetária, a moeda

- (A) , embora aceita universalmente como medida de valor, representa unidade constante em termos do poder aquisitivo.
- (B) não é aceita universalmente como medida de valor e não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo.
- (C) , embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo.
- (D) não é aceita universalmente como medida de valor, mas representa unidade constante em termos do poder aquisitivo.
- (E) não é afetada pela perda de poder aquisitivo, ao longo do tempo.

QUESTÃO 49

Julgue os itens seguintes, de acordo com a resolução do CFC nº 1.282/10.

- I- O Princípio da Continuidade pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
- II- O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos em quaisquer períodos, independentemente do recebimento ou pagamento, a critério do contador responsável.
- III- O Princípio da Prudência rejeita o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza.
- IV- O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda estrangeira.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

QUESTÃO 50

Uma cliente efetuou o resgate total de sua aplicação financeira em um fundo de investimento, tendo sido creditado em sua conta corrente o montante de R\$ 2.476.800,00. Considerando que a variação da quota no período foi de 3,2%, o valor inicial da aplicação foi de

- (A) R\$ 2.100.000,00.
- (B) R\$ 2.200.000,00.
- (C) R\$ 2.300.000,00.
- (D) R\$ 2.400.000,00.
- (E) R\$ 2.500.000,00.

QUESTÃO 51

Uma empresa comercial realizou uma operação de desconto com taxa mensal de 1,20% ao mês, de um título com valor de face de R\$ 250.000,00 e antecedência de 45 dias do seu vencimento. O banco utilizou o método dos juros simples para apurar a quantia a ser creditada e chegou ao valor de

- (A) R\$ 243.500,00.
- (B) R\$ 245.500,00.
- (C) R\$ 247.500,00.
- (D) R\$ 249.500,00.
- (E) R\$ 251.500,00.

QUESTÃO 52

As importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, civis ou mercantis, pela prestação de serviços de limpeza e conservação de bens imóveis, exceto reformas e obras assemelhadas (RIR/1999, art. 649; ADN Cosit nº 9, de 1990), estão sujeitas às alíquotas de retenção do Imposto de Renda

- (A) de 2%, sobre as importâncias pagas ou creditadas.
- (B) de 1,5%, sobre as importâncias pagas ou creditadas.
- (C) de 1%, sobre as importâncias pagas ou creditadas.
- (D) acumulado pelo Simples Nacional.
- (E) de 5% sobre as importâncias pagas ou creditadas.

QUESTÃO 53

Julgue os itens seguintes e verifique se correspondem a operações com incidência do ICMS no Distrito Federal.

- I- Operação com livros, jornais e periódicos, bem como o papel destinado à sua impressão.
- II- Operação relativa às mercadorias que tenham sido ou que se destinem a utilização na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço compreendido na competência tributária, ressalvadas as hipóteses previstas em lei complementar aplicável.
- III- Operação de prestação de transporte aéreo interestadual de carga e mala postal.
- IV- Operação de qualquer natureza, dentro do território do Distrito Federal, de que decorra transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie, ou mudança de endereço.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

QUESTÃO 54

Assinale a alternativa que define o pagamento do ICMS, a ser recolhido pelo contribuinte estabelecido no Distrito Federal, quando recebe, na condição de consumidor ou usuário final, mercadorias e/ou serviços provenientes de outra Unidades Federais e correspondente a alíquota interna aplicável no Distrito Federal e a alíquota interestadual aplicável conforme a Unidade Federal de origem da mercadoria.

- (A) Diferimento de ICMS.
- (B) Suspensão de ICMS.
- (C) Diferencial de ICMS.
- (D) Antecipação de ICMS.
- (E) Crédito de ICMS.

QUESTÃO 55

A Lei nº 8.666/93 define que as obras e os serviços poderão ser de execução

- (A) direta ou execução indireta.
- (B) pré-programada.
- (C) por etapas.
- (D) por metas.
- (E) monitorada ou sob acompanhamento.

QUESTÃO 56

Com base na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa que indica a despesa que contribui para compor o limite das despesas totais com pessoal.

- (A) Despesa de indenização por demissão de servidores ou empregados.
- (B) Despesas relativas aos incentivos de demissão voluntária.
- (C) Despesa decorrente de decisão judicial.
- (D) Despesa com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuições previdenciárias.
- (E) Despesa com pessoal, do Distrito Federal e dos estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos da União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição Federal e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19.

QUESTÃO 57

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Com base na referida lei, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O Balanço Orçamentário (art. 102 da Lei nº 4.320/64) comporá o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (art. 165, § 3º da Constituição Federal/88) e deverá ser publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre.
- (B) O Balanço Orçamentário especificará as receitas e as despesas por categoria econômica.
- (C) O Relatório Resumido de Execução Orçamentária será composto do Balanço Orçamentário e do Demonstrativo da Execução das receitas e despesas.
- (D) O descumprimento do prazo para publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária não impedirá que o ente da Federação contrate operações de crédito destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.
- (E) O Relatório Resumido de Execução Orçamentária conterá demonstrativos relativos à apuração da receita e despesa bruta; resultados nominal e primário; despesas com juros e restos a pagar.

QUESTÃO 58

A Lei nº 12.349/2010 alterou a Lei nº 8.666/93 e trouxe inovações importantes nos processos de compras públicas. Sobre a questão das licitações, assinale a alternativa correta.

- (A) A licitação tem por objetivo, exclusivamente, garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.
- (B) Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras poderão, mediante prévia justificativa da autoridade competente, exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da administração pública ou daqueles por ela indicados, a partir de processo isonômico, medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não, na forma estabelecida pelo Poder Executivo Federal.
- (C) Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida uma margem de preferência para produtos manufaturados e para os serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. Essas margens serão definidas por lei, não podendo ultrapassar o montante de 20% sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.
- (D) A margem de preferência em licitações poderá ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços originários dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, na situação em esses países derem benefício semelhante aos produtos brasileiro.
- (E) Os contratos que tiverem dispensada a licitação, com fulcro na possibilidade de comprometimento da segurança nacional e nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional, poderão ter vigência por até 72 (setenta e dois) meses, caso haja interesse da Administração Pública.

QUESTÃO 59

Em relação a modalidade de licitação pregão, assinale a alternativa correta.

- (A) As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.
- (B) O prazo de validade das propostas será de 30 dias, se outro superior não estiver fixado no edital.
- (C) É vedada a exigência de pagamento de taxas e emolumentos, inclusive os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.
- (D) A modalidade de licitação pregão, diferente das demais modalidades de licitação, dispensa a fase de habilitação dos licitantes.
- (E) É vedado o uso da modalidade de licitação pregão para aquisição de bens e serviços de informática.

QUESTÃO 60

As normas gerais contidas na Lei nº 8.666/93, assim como as prerrogativas conferidas à Administração, em razão do seu regime jurídico, aplicam-se aos de seguro, de financiamento e de locação?

- (A) Sim, considerando os contratos em que o Poder Público seja locatário.
- (B) Não, porque esses contratos, desde que a Administração seja parte, são todos e por inteiro regidos pela Lei nº 8.666/93.
- (C) Não, porque esses contratos, mesmo tendo a Administração como parte, são todos regidos, exclusivamente, pelas normas de direito privado.
- (D) Não, porque desses contratos, só os de locação são regidos pela Lei nº 8.666/93, pois os de seguro e financiamento subordinam-se, inteiramente, às normas de direito civil.
- (E) Não, porque o regime jurídico da Lei nº 8.666/93 só é aplicado aos contratos em que a Administração for parte contratante e não nesses casos indicados.

PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica **de tinta azul ou preta**, fabricada de material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- O texto deverá ter extensão mínima de 30 (trinta) linhas e máxima de 50 (cinquenta) linhas, com base no tema a seguir.

TEMA DA PROVA DISCURSIVA _____

A Contabilidade Pública, regulamentada pela Lei n.º 4.320/64, é muito complexa em sua estrutura, possuindo 4 sistemas básicos que a compõe: Sistema Orçamentário; Sistema Financeiro, Sistema Patrimonial e Sistema de Compensação.

No Brasil, adota-se o regime misto, ou seja, regime de caixa e de competência, conforme disposto pelo artigo 35 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Considerando as observações acima, redija um texto dissertativo, abordando os seguintes tópicos:

- a) a importância do Plano de Contas;
- b) a documentação de suporte para a realização dos lançamentos contábeis;
- c) indicação de três finalidades dos registros contábeis;
- d) relacionar os aspectos do controle interno e dos relatórios gerenciais.

ESPAÇO PARA RASCUNHO

1

5

10

15

20

25

30

35

40

45

50

RASCUNHO